



PROCURADOR

Data: 05/06/2011

Duração: 4 horas e 30 minutos

Leia atentamente as instruções abaixo.

01- Você recebeu do fiscal o seguinte material:

a) Este Caderno, com 50 (cinquenta) questões da Prova Objetiva, sem repetição ou falha, conforme distribuição abaixo, e a questão da Prova Discursiva:

Português	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos
01 a 10	11 a 20	21 a 50

b) Um **Cartão de Respostas** destinado às respostas das questões objetivas formuladas nas provas.

c) Um **Caderno de Prova Discursiva**.

02- Verifique se este material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **Cartão de Respostas**. Caso contrário, notifique **imediatamente** o fiscal.

03- Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio do **Cartão de Respostas**, com caneta esferográfica de tinta na cor **azul** ou **preta**.

04- No **Cartão de Respostas**, a marcação da alternativa correta deve ser feita cobrindo a letra e preenchendo todo o espaço interno do quadrado, com caneta esferográfica de tinta na cor **azul** ou **preta**, de forma contínua e densa.

Exemplo:

A	B	■	D	E
---	---	---	---	---

05- Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 (cinco) alternativas classificadas com as letras (A, B, C, D e E), mas só uma responde adequadamente à questão proposta. Você só deve assinalar **uma alternativa**. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta.

06- **Será eliminado** do Concurso Público o candidato que:

a) Utilizar, durante a realização das provas, telefone celular, bip, walkman, receptor/transmissor, gravador, agenda telefônica, notebook, calculadora, palmtop, relógio digital com receptor ou qualquer outro meio de comunicação.

b) Ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando o **Cartão de Respostas**.

Observações: Por motivo de segurança, o candidato só poderá retirar-se da sala após 1 (uma) hora a partir do início da prova.

O candidato que optar por se retirar sem levar seu Caderno de Questões não poderá copiar sua marcação de respostas, em qualquer hipótese ou meio. O descumprimento dessa determinação será registrado em ata, acarretando a eliminação do candidato.

Somente decorridas 2 horas de prova, o candidato poderá retirar-se levando o seu Caderno de Questões.

07- Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **Cartão de Respostas**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no **Caderno de Questões** não serão levados em conta.

PORTUGUÊS

Leia o texto a seguir e responda às questões de número 01 a 10.

QUANTO TEMPO DEMORA UM PROCESSO?

É lugar-comum a afirmação de que a justiça é lenta, de que os processos judiciais demoram excessivamente. Afirma-se isso a todo instante. Os meios de comunicação de massa (imprensa escrita, rádio e televisão) repetem a observação, sem qualquer ressalva, e contribuem para tornar a lentidão judicial uma “verdade”.

Os que assim procedem, certamente justificados pelo grande número de casos morosos, não sabem que muitos processos têm andamento célere, terminam rapidamente, que, com frequência, os procedimentos judiciais são, na prática, mais rápidos do que os da esfera administrativa, apesar das garantias de igualdade entre as partes, oportunidades para intervir, e tudo o mais.

Por outro lado, há quem sustente que a grande maioria dos processos acaba razoavelmente depressa, e que somente pequena parte deles é morosa. Alega-se então que, precisamente porque minoria, os processos muito demorados constituem afastamento da regra geral e são curiosidades e, portanto, notícia.

O debate desenvolve-se nesses termos, prevalecendo as vozes que apontam a morosidade judicial como um mal predominante nas coisas da justiça. Não existem, porém, estudos sérios a respeito.

Ninguém procura pesquisar a verdade, a realidade do que efetivamente se passa na tramitação dos processos judiciais, e que constitui, afinal de contas, a maneira pela qual o Direito vive, deduzido pelas partes e proclamado pelos Tribunais.

Desse modo, continuam as acusações ao judiciário, cujo desprestígio é uma consequência natural e lógica da tais conceitos correntes.

O que ocorre realmente? Quais as verdadeiras dimensões do problema da afirmada lentidão judicial? É esse um fenômeno geral, dominante, ou setorial, ocorrente apenas em parte, em alguns setores do aparelho judicial, ou em certos tipos de procedimento?

Essas e muitas outras questões podem ser suscitadas a propósito. O que está faltando, entretanto, é a formulação de perguntas certas a aspectos dos fatos relevantes, com a realização de um estudo da realidade, e não apenas do discurso (otimista em parte da doutrina, pessimista nos veículos de comunicação de massa e na voz corrente da população). Ainda não se procurou verificar a realidade, com a utilização dos meios apropriados, com vistas ao efetivo conhecimento a respeito, e com a resultante possibilidade de planejar, com dados concretos, as medidas destinadas a superar as deficiências existentes.

(Felippe Augusto de Miranda Rosa, Revista da EMERJ)

01. De acordo com o contexto, à expressão “lugar-comum” não se aplica o significado de:

- A) chavão
- B) clichê
- C) trivialidade
- D) local conhecido
- E) argumento conhecido

02. Pelo recurso de coesão referencial anafórica, retoma o que se expressa no parágrafo anterior a expressão:

- A) “assim” (l. 6)
- B) “muitos processos” (l. 7)
- C) “na prática” (l. 9)
- D) “esfera administrativa” (l. 10)
- E) “tudo o mais” (l. 11)

03. No texto, como recurso para ressaltar o tópico frasal, o autor apresenta-o na forma de:

- A) contestação
- B) definição
- C) divisão
- D) alusões
- E) interrogações

04. De acordo com a linha argumentativa do texto, um contra-argumento é apresentado no parágrafo:

- A) 3º
- B) 5º
- C) 6º
- D) 7º
- E) 8º

05. Segundo o texto, pode-se afirmar que a morosidade judicial:

- A) prescinde de estudos sérios a respeito
- B) carece de uma análise profunda a respeito
- C) deve ser tomada como falácia etimológica
- D) deve ser entendida como um mal desnecessário
- E) é decorrente da tramitação deficiente dos processos judiciais

06. O verbo destacado pode ser flexionado no singular ou no plural, sem prejuízo sintático-semântico, no segmento:

- A) “...e contribuem para tornar...” (l. 5)
- B) “... a grande maioria dos processos acaba razoavelmente depressa...” (l. 12/13)
- C) “Alega-se então que, precisamente porque minoria...” (l. 14/15)
- D) “Não existem, porém, estudos...” (l. 19)
- E) “Desse modo, continuam as acusações ao judiciário...” (l. 24)

07. De acordo com o contexto, o emprego das aspas em “verdade” (l. 5) justifica-se por se tratar de:

- A) uma certeza
- B) um neologismo
- C) expressão de ironia
- D) vulgarismo
- E) polissemia

08. Considerando-se a coesão, a coerência e a correção gramatical, em relação ao emprego do pronome se, pode-se afirmar que:

- A) no segmento “Afirma-se isso...” (l. 2), ele pode ser omitido
- B) no segmento “Alega-se então...” (l. 14), ele pode ser omitido
- C) no segmento “e que [se] constitui...” (l. 21/22) ele pode ser inserido
- D) no segmento “O que [se] ocorre...” (l. 26) ele pode ser inserido
- E) no segmento “...possibilidade de [se] planejar...” (l. 37) ele pode ser inserido

09. A palavra que tem classificação diversa das demais na alternativa:

- A) “Os que assim procedem...” (l. 6)
- B) “...as vozes que apontam...” (l. 17/18)
- C) “...quem sustente que...” (l. 12)
- D) “...a realidade do que efetivamente...” (l. 20/21)
- E) “e que constitui, afinal...” (l. 21/22)

10. O segmento “...é a formulação de perguntas certas a aspectos dos fatos relevantes” (l. 31/32) poderia ser corretamente reescrito, sem prejuízo semântico-gramatical, do seguinte modo:

- A) é a formulação de perguntas certas cujos os aspectos dos fatos relevantes
- B) é a formulação de perguntas certas dentre os aspectos dos fatos relevantes
- C) é a formulação de perguntas certas pelos aspectos dos fatos relevantes
- D) é a formulação de perguntas certas com os aspectos dos fatos relevantes
- E) é a formulação de perguntas certas acerca de aspectos dos fatos relevantes

CONHECIMENTOS GERAIS

11. O território correspondente ao Município de São Gonçalo foi primitivamente habitado pelos índios:

- A) Coroados
- B) Carajás
- C) Tamoios
- D) Guaranis
- E) Potiguaras

12. O ponto culminante do Município de São Gonçalo é também uma das principais atrações turísticas da região. Trata-se de:

- A) Alto do Gaia
- B) Pico da Marambaia
- C) Alto da Pedra
- D) Pico do Papagaio
- E) Alto das Neves

13. A letra do Hino do Município de São Gonçalo foi composta por:

- A) Joyleno dos Santos
- B) Miguel Frias
- C) Geraldo Pereira Lemos
- D) José Augusto Domingues
- E) Osmar Leitão

14. De acordo com o artigo 56 da *Lei Orgânica do Município de São Gonçalo*, compete privativamente ao Prefeito:

- A) eleger os membros da Mesa Diretora da Câmara Municipal
- B) sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar
- C) fixar, anualmente, a remuneração dos Secretários Municipais e dos Vereadores
- D) planejar, organizar e dirigir obras e serviços públicos locais
- E) sustar a execução de ato impugnado pelo órgão de auxílio no controle externo

15. Conforme estabelece o artigo 154 da *Lei Orgânica do Município de São Gonçalo* quanto ao dever do Município com a saúde, cabe ao Poder Público Municipal, dentre outras incumbências:

- A) estabelecer critérios, parâmetros e métodos para o controle da qualidade sanitária de produtos, substância e serviços de consumo e uso humanos
- B) atualizar, periodicamente, o perfil da saúde do Município, garantindo sigilo quanto aos boletins produzidos
- C) combater a medicina alternativa e popular, oferecendo serviços tecnicamente qualificados
- D) regulamentar o processo de coleta, processamento, percurso e transfusão do sangue e seus derivados
- E) estimular programas de combate preventivo ao uso de entorpecentes e qualquer outro tipo de droga

16. De acordo com o artigo 175 da *Lei Orgânica do Município de São Gonçalo*, os Diretores e Diretores Adjuntos das Escolas Municipais serão escolhidos:

- A) pela comunidade escolar
- B) pelo Prefeito Municipal
- C) pelo Conselho Municipal de Educação
- D) pelo Secretário de Educação
- E) pela sociedade civil

17. Segundo o artigo 58 do *Estatuto dos Servidores Públicos do Município de São Gonçalo*, o servidor público será voluntariamente aposentado, dentre outras condições:

- A) aos 60 (sessenta) anos de idade, se homem, com proventos proporcionais ao tempo de serviço
- B) aos 35 (trinta e cinco) anos de serviço, se homem, com proventos integrais
- C) aos 25 (vinte e cinco) anos de efetivo exercício em funções de magistério, se professora, com proventos proporcionais ao tempo de serviço
- D) aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se mulher, com proventos integrais
- E) aos 25 (vinte e cinco) anos de efetivo exercício em funções de magistério, se professor, com proventos integrais

18. Conforme estabelece o artigo 92 do *Estatuto dos Servidores Públicos do Município de São Gonçalo*, será concedido salário família ao servidor:

- A) por filha ou filho inválido ou mentalmente incapaz que não possua renda própria
- B) pelo cônjuge cuja renda seja inferior a dois salários mínimos
- C) por companheira que não viva em sua companhia e nem exerça atividade remunerada
- D) por filho ou filha que não possua renda própria, de qualquer idade
- E) por ascendente direto que não exerça atividade remunerada

19. De acordo com o artigo 106 do *Estatuto dos Servidores Públicos do Município de São Gonçalo*, o servidor não poderá permanecer em licença por período superior a vinte e quatro meses consecutivos, salvo quando se tratar, dentre outros casos, de licença:

- A) por acidente em serviço
- B) para tratar de interesses particulares
- C) por motivo de doença em pessoa da família
- D) para tratamento de saúde
- E) para desempenho de mandato classista

20. Segundo o artigo 195 do *Estatuto dos Servidores Públicos do Município de São Gonçalo*, em caso de ineficiência comprovada, com caráter de habitualidade, no desempenho dos encargos de sua competência, será aplicada ao servidor a pena de:

- A) repreensão
- B) suspensão
- C) multa
- D) demissão
- E) advertência

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. No tema organização dos poderes, a Constituição estabelece que a proposta orçamentária dos tribunais deve ser encaminhada no prazo estabelecido pela Lei de Diretrizes Orçamentárias. Caso não ocorra tal encaminhamento:

- A) ocorrerá a repetição dos valores aprovados na lei orçamentária vigente
- B) serão considerados os três orçamentos anteriores, retirada uma média
- C) será outorgado prazo adicional, com aplicação de multa aos gestores
- D) os órgãos do Poder Legislativo não poderão votar a proposta orçamentária
- E) caberá ao Poder Legislativo estipular os valores a integrar o orçamento

22. A Administração Pública é regida por inúmeros princípios, dentre os quais podem ser relacionados os seguintes:

- A) legalidade, imprescritibilidade, moralidade, eficiência, publicidade
- B) impessoalidade, nepotismo, eficiência, moralidade, acessibilidade
- C) moralidade, eficiência, publicidade, impessoalidade, legalidade
- D) pessoalidade, publicidade, moralidade, legalidade, eficiência
- E) prescritibilidade, publicidade, moralidade, legalidade, preferência

23. A remuneração dos servidores públicos, consoante mandamento constitucional, obedece ao regime do denominado "teto" que, para efeito dos servidores municipais, tem por referência, o subsídio do(a):

- A) Governador
- B) Presidente
- C) Prefeito
- D) Ministro
- E) Desembargador

24. O Prefeito do Município X consulta a Procuradoria Municipal sobre a possibilidade de contratação temporária de pessoal utilizando as regras de lei federal em vigor. O Município não possui lei local sobre o assunto. O parecer da Procuradoria Municipal, com base nas normas constitucionais vigentes, considerará:

- A) possível, pois, no tema, a União deve editar normas gerais de aplicação aos demais entes federativos
- B) possível, desde que a Câmara de Vereadores edite autorização especial para o Prefeito, mediante ato da Mesa Diretora
- C) possível, pela edição de decreto autônomo regulamentando o assunto e utilizando os parâmetros federais
- D) sem possibilidades, porque a contratação temporária deve estar prevista nas Constituições dos Estados
- E) sem possibilidade de acolhimento, vez que somente lei municipal poderia autorizar a contratação temporária de pessoal

25. Dentre os parâmetros apresentados abaixo, o único que atende à regulamentação da Defensoria Pública do Estado é:

- A) Tem autonomia financeira, administrativa, sem iniciativa de proposta orçamentária.
- B) É regulada por leis estaduais, sem lei federal prescrevendo normas gerais para sua organização.
- C) É permitido o exercício da advocacia fora das funções institucionais.
- D) É assegurada a inamovibilidade, equivalente aos membros do Ministério Público e da Magistratura.
- E) Possui vinculação do orçamento ao Poder Judiciário por ser função essencial à Justiça.

26. O Município X, através de regular processo legislativo, com votação unânime dos vereadores e sanção do prefeito, edita norma determinando a gratuidade nos estacionamentos mantidos por estabelecimentos comerciais em suas propriedades privadas. Tal lei municipal é inconstitucional diante da competência da União para legislar sobre Direito Civil e pode ser arguida mediante:

- A) Ação Direta de Constitucionalidade
- B) Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
- C) Ação Direta de Inconstitucionalidade por ato omissivo
- D) Ação Direta de Inconstitucionalidade
- E) Arguição de Constitucionalidade preventiva

27. O Município Y ocupou imóvel situado em bairro central sem as formalidades decorrentes da desapropriação. O local foi destinado a um posto de atendimento médico de urgência. Passados vinte anos da ocupação, não se apresentaram os proprietários do imóvel, não tendo havido qualquer manifestação de oposição à posse do Município. Pretende agora o prefeito desativar o posto de saúde e alienar o referido imóvel. Para regularizar a situação imobiliária, a Procuradoria Municipal sugere a aquisição mediante:

- A) reivindicação
- B) desapropriação
- C) permuta
- D) doação
- E) usucapião

28. Os serviços de táxi são regulados pelos Municípios, que podem optar por outorgar autorização ou permissão. Considerando que a lei orgânica do Município delega a regulamentação da atividade para o Chefe do Executivo local, o veículo adequado para tal regulamentação revela-se o(a):

- A) Lei
- B) Circular
- C) Despacho
- D) Instrução
- E) Decreto

29. O Município Y decide contratar renomado arquiteto para realizar obra no seu território. Consultando a Procuradoria Municipal sobre a possibilidade de não ser realizada licitação, o parecer apresentado conclui pela:

- A) inexigibilidade de licitação
- B) dispensa de licitação
- C) necessidade de licitação
- D) licitação por concurso
- E) licitação por tomada de preços

30. O Prefeito do Município W pretende desenvolver projeto envolvendo a coleta de resíduos por cooperativas formadas por pessoas físicas de baixa renda, reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis, com o uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública. Pretende realizar contratos com a Administração Municipal e solicita parecer da Procuradoria sobre a questão. A resposta do parecer assenta:

- A) a necessidade de concurso ou sorteio entre as cooperativas existentes
- B) a contratação das cooperativas, vez que é inexigível a licitação, no caso
- C) a necessidade de realização de concorrência pública ou sorteio
- D) a necessidade de organização de um júri para decidir sobre o ato
- E) a dispensa de licitação para a coleta de resíduos, no caso

31. Considere as afirmativas a seguir, relativas ao tema de Direito Urbanístico.

- I- Cabe à União editar normas gerais sobre urbanismo
 - II- Cabe aos Estados editar normas urbanísticas regionais
 - III- Cabe aos Municípios elaborar o Plano Diretor local
 - IV- Cabem a todos os entes federados as normas de parcelamento do solo
 - V- Cabe aos Municípios elaborar regras gerais sobre o Urbanismo
- Pode-se afirmar que estão corretos apenas os itens representados por:

- A) I, II, III e IV
- B) I, II e III
- C) I e V
- D) II, IV e V
- E) IV e V

32. Esculápia sofreu graves danos ao ser vacinada em posto de saúde municipal. Pelos danos causados à sua saúde apresentou pleito de responsabilidade civil do Município postulando danos materiais e morais. Em tema de responsabilidade no caso vertente, é correto afirmar:

- A) Trata-se de responsabilidade decorrente de negligência.
- B) O tema imprudência é o mais adequado à hipótese versada.
- C) É ineludível a incidência de caso fortuito ou força maior.
- D) Caracteriza-se a responsabilidade objetiva, verificado o dano.
- E) Trata-se de mero aborrecimento vinculado às atividades urbanas.

33. Através do reconhecimento judicial da atuação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos como pessoa jurídica atuando no exercício do monopólio postal da União com as mesmas prerrogativas do referido ente federativo, houve pleito de natureza tributária vinculado ao imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA). A ECT buscou judicialmente o reconhecimento, em relação aos Estados, do instituto da:

- A) isenção tributária federativa
- B) instituição de tributos
- C) imunidade recíproca
- D) suspensão da cobrança
- E) isonomia com os municípios

34. A novel lei que regulamenta o Mandado de Segurança proíbe a concessão de medida liminar para a liberação de mercadorias e bens provenientes do exterior. Considere, na trilha da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre tema similar, aplicável às restrições legais à atividade judicante, as afirmativas abaixo.

- I- A norma em comento ofende a Constituição por vedar o acesso à Justiça.
- II- A lei pode regular as situações em que o Juiz pode ou não deferir medida liminar.
- III- A proibição estende-se também à tutela antecipada.
- IV- Há nítida discriminação entre as partes litigantes, ofendido o princípio da isonomia.
- V- A norma não é de aplicação imediata, dependendo de regulamentação.

Pode-se afirmar que estão corretas apenas as afirmativas:

- A) I, III e IV
- B) III e IV
- C) II e IV
- D) II e III
- E) I e IV

35. Considere-se que determinado Município tenha editado lei ordinária reduzindo de 2% para 1% a alíquota do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, incidente sobre serviços prestados por hotéis, *apart-services* condominiais, *flat*, apart-hotéis, hotéis-residência, pensões, motéis e congêneres. Com base no exposto, é correto afirmar que a redução:

- A) contraria norma prevista na Constituição Federal em vigor
- B) é regular, porque cabe ao Município do Rio de Janeiro dispor sobre tributos de sua competência
- C) é regular, porque observa todos os requisitos previstos no Código Tributário Nacional
- D) é inconstitucional, em razão de ausência de convênio celebrado pelas municipalidades brasileiras
- E) contraria norma federal, sendo, portanto, ilegal

36. A Empresa FX S/A foi regularmente citada, em processo de Execução Fiscal movido pela Fazenda Pública Nacional em razão da falta de recolhimento de certos tributos federais. No prazo legal apresentou, como garantia da execução, bens imóveis. Após garantido o Juízo, a defesa clássica, prevista na legislação especial, nessa espécie especial de execução consiste em:

- A) Exceção de Pré-Executividade
- B) Embargos do Executado
- C) Embargos de Terceiro
- D) Exceção de não Executividade
- E) Embargos à Adjudicação

37. Em tema de prescrição tributária, é correto dizer que:

- A) Sua regulamentação, por ser norma geral de Direito Tributário, deve constar de lei complementar federal.
- B) É possível a previsão em lei ordinária, surgida do devido processo legislativo federal, vez que o tema não é materialmente afeto a lei complementar.
- C) É tema afeto à legislação tributária dos Estados da Federação, que devem prever o assunto nos seus Códigos Tributários.
- D) Cabe aos Municípios incluir tal regra nos Códigos Tributários locais.
- E) O tema é de legislação concorrente entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

38. No que concerne à denúncia espontânea por parte do contribuinte, é correto afirmar que:

- A) Ela pode ocorrer a qualquer tempo, mesmo após a lavratura de auto de infração.
- B) Após o autolancamento, pode ocorrer declaração retificadora caracterizando denúncia espontânea.
- C) Iniciada a execução fiscal, mas não sendo o réu citado, este poderá pagar o tributo sem ônus adicionais.
- D) A denúncia espontânea redime o contribuinte de quaisquer sanções, inclusive moratórias.
- E) Poderá ocorrer a denúncia espontânea até o término do processo administrativo fiscal que julga o tributo.

39. Em termos de execução contra a Fazenda Pública, é considerado de pequeno valor, na ausência de lei local, em relação ao Município, a condenação correspondente a:

- A) cem salários mínimos
- B) sessenta salários mínimos
- C) cinquenta salários mínimos
- D) quarenta salários mínimos
- E) trinta salários mínimos

40. A Emenda Constitucional Nº 62, de 09 de dezembro de 2009, estabeleceu a possibilidade de compensação de créditos inscritos ou não na dívida ativa do ente devedor em relação ao credor do precatório. Observadas as regras atinentes à compensação, a única alternativa **incorreta** é:

- A) O ato não poderá ocorrer em relação a créditos suspensos por decisão administrativa.
- B) Caso o credor do precatório concorde, poderá existir a compensação de dívidas prescritas.
- C) Caso ocorra discussão judicial da dívida com garantia do Juízo, não poderá ocorrer a compensação.
- D) Podem ser compensados créditos alimentares com dívidas não alimentares.
- E) O prazo para o exercício do direito à compensação pela Fazenda Pública é de trinta dias antes da expedição do precatório, contado da sua intimação.

41. O Município M apresenta execução fiscal em face da empresa Calote e Caloteiros LTDA., por ausência de pagamento do ISS, requerendo a citação da empresa e dos seus sócios. Regularmente citados, os executados ficaram inertes, tendo a exequente requerido a penhora dos bens. No cumprimento de mandado de penhora, ocorreu a incidência do ato construtivo sobre o único imóvel de um dos sócios, onde o mesmo habita com sua família, sendo o único bem do seu patrimônio. Diante desse quadro, é correto afirmar que:

- A) Tendo em vista a origem da dívida, é possível a penhora realizada.
- B) O bem de família não pode ser objeto de constrição judicial em execução fiscal.
- C) No caso em tela, existe a proteção do bem de família, pela natureza do imposto.
- D) A execução fiscal não pode atingir o patrimônio imobiliário do devedor.
- E) Os bens dos sócios na execução contra a sociedade não podem ser atingidos.

42. Tendo sido proferida sentença ilíquida transitada em julgado, houve a iniciativa do credor de provocar o início da fase de liquidação que, após os seus trâmites regulares, redundou em decisão fixando o valor da condenação. Sobre a fase de liquidação, é correto afirmar que:

- A) A decisão que julga a liquidação é passível de apelação, com efeito suspensivo.
- B) É possível iniciar a fase de execução independentemente de liquidação.
- C) A defesa cabível na liquidação consiste em embargos do devedor ou de execução.
- D) O ato que define o valor da liquidação é passível de agravo de instrumento.
- E) A liquidação define o *an debeatur* e o *quantum debeatur*, irrecorrivelmente.

43. No controle difuso da constitucionalidade das leis, a norma processual indica a possibilidade de intervenção de terceiros no processo, consoante decisão fundamentada do Relator. Trata-se da intervenção denominada:

- A) Denúnciação da Lide
- B) Chamamento ao Processo
- C) *Amicus Curiae*
- D) *Querella Nullitatis*
- E) Nomeação à Autoria

44. Nos Juizados Especiais Federais, diversas prerrogativas da Fazenda Pública não têm aplicação, dentre as quais pode-se citar:

- A) prazo em quádruplo para responder
- B) Recurso adesivo
- C) Contestação em audiência
- D) Requisição de Pequeno Valor
- E) Uniformização de Jurisprudência

45. Em tema de desconsideração da personalidade jurídica, consoante as normas civis que regulam a espécie, é correto dizer que:

- A) não cabe em caso de abuso da personalidade jurídica
- B) não há necessidade de comprovação de desvio de finalidade
- C) pode ser decretada de ofício pelo Juiz, sem requerimento da parte
- D) é ato inerente e exclusivo da atividade do Ministério Público
- E) atinge os bens particulares dos sócios ou administradores

46. O Município X edita lei, obediente ao devido processo legislativo, repetindo norma autorizadora estadual, permitindo que as disponibilidades de caixa municipais possam ser depositadas em Banco autorizado a atuar pelo Banco Central do Brasil, mas sem participação estatal. À luz das normas constitucionais e legais aplicáveis, pode-se afirmar que:

- A) A lei prevista no texto constitucional deve ser federal de âmbito nacional.
- B) A Constituição permite que, nesses casos, exista lei local, excepcionando a regra geral.
- C) A competência municipal foi cumprida por se tratar de mero interesse local.
- D) Os estados federativos não devem obediência à União nesse tema, afeto ao seu patrimônio.
- E) A Lei de Responsabilidade Fiscal delega aos entes federados tal normatização.

47. Nos termos do Código Florestal em vigor, é correto afirmar que:

- A) A pequena propriedade rural em qualquer local do território nacional corresponde a trinta hectares.
- B) A reserva legal é aquela área localizada em propriedade rural, não podendo ser localizada em locais de mera posse.
- C) A prevenção, controle e combate ao fogo e à erosão somente são atividades de interesse social com a chancela do CONAMA.
- D) Consideram-se de preservação permanente as florestas e demais formas de vegetação situadas no topo de morros, montes, montanhas ou serras.
- E) A exploração de recursos florestais em terras indígenas pode ser realizada por particulares, escolhidos aleatoriamente pelas tribos locais.

48. Em termos de Seguridade Social, considerando-se os objetivos, o Poder Público, nos limites da lei, deve observar:

- A) a redução do valor nominal dos benefícios
- B) a unicidade de base de financiamento
- C) a diferenciação entre benefícios rurais e urbanos
- D) a cobertura especial para determinadas categorias
- E) o caráter descentralizado da administração previdenciária

49. São direitos constitucionalmente previstos ao trabalhador:

- A) jornada de trabalho correspondente a quarenta horas semanais
- B) seguro contra acidentes de trabalho
- C) remuneração do trabalho diurno superior ao noturno
- D) licença-paternidade de cento e vinte dias
- E) férias anuais remuneradas correspondentes a trinta dias úteis seguidos

50. Em termos de tutela ambiental, é correto afirmar que:

- A) A ação civil pública pode ser proposta por qualquer cidadão.
- B) Pessoa jurídica é legitimada para propor ação popular.
- C) Associação com finalidade de proteção ambiental pode ser legitimada ativa.
- D) O Ministério Público atua somente como fiscal da lei.
- E) O Município pode figurar como *amicus curiae* quando réu em ação ambiental.

PROVA DISCURSIVA

Produza um texto, utilizando o mínimo de 30 (trinta) linhas e o máximo de 40 (quarenta) linhas, que atenda a uma das quatro propostas apresentadas a seguir, de sua livre escolha.

Utilize o espaço disponível para rascunho neste Caderno de Questões e transcreva o seu texto para o local indicado no Caderno de Prova Discursiva.

1ª PROPOSTA

Analise as questões jurídicas relevantes relativas ao caso apresentado a seguir.

Mévio, brasileiro, solteiro, economista, domiciliado no Distrito Federal, é surpreendido, por ato do Ministro de Estado da Fazenda, que negou sua posse em cargo de nível superior, por não ter apresentado, temporaneamente, diploma comprobatório de sua formação, mas mera declaração de conclusão de curso e colação de grau. Aduziu o candidato que o diploma não pôde ser obtido, diante de movimento grevista na Universidade onde realizou o curso, que se encontrava de portas cerradas, impossível o acesso aos seus órgãos administrativos. Houve a propositura de ação própria perante o órgão judicial competente, que restou procedente. Houve recurso apresentado pela pessoa jurídica vinculada ao Ministro de Estado da Fazenda, que aduziu, no caso em tela, haver norma legal determinando a apresentação do diploma quando da publicação do resultado final, antes da posse, circunstância constante do edital e não impugnada pelo candidato no decorrer do concurso. Aduziu, ainda, que inúmeros candidatos haviam sido eliminados pela aplicação da referida norma e que um candidato único não poderia ser beneficiado, mesmo que por decisão judicial. O recurso apresentado indicou a violação de diversos preceitos constitucionais, o reflexo da decisão em outros concursos públicos, bem como foi apresentado após o recesso forense de final de ano, tendo em vista que a decisão foi publicada no último dia de trabalho do tribunal no ano anterior.

GRADE DE AVALIAÇÃO	
CONTEÚDO/CRITÉRIO	PONTUAÇÃO
Acesso a cargos públicos	0 a 15
Recursos	0 a 10
Mandado de Segurança	0 a 5
Clareza, coesão e coerência	0 a 5
Correção gramatical	0 a 5

2ª PROPOSTA

Analise as questões jurídicas relevantes relativas ao caso apresentado a seguir.

Túlio, brasileiro, casado, engenheiro, domiciliado no Município de Mumu, é cidadão participante dos movimentos sociais da sua região, inclusive fiscalizando a atuação dos membros dos Poderes Legislativo e Executivo. Por meio de exame de notícias veiculadas no Diário Oficial, verifica que o Poder Executivo lançou edital de compras para medicamentos, com diversas irregularidades, dentre as quais os prazos de fornecimento, a identificação de marcas e valores exorbitantes. Após os trâmites legais, o contrato de fornecimento foi assinado e houve o desembolso da quantia correspondente a R\$1.000.000,00 (hum milhão de reais), pagos à empresa Mae e Mae S/A, cujos sócios são Lupus e Raposus, ambos domiciliados em Mundus, outro município, no mesmo Estado da Federação. Inconformado com o ocorrido, propôs a ação própria. Os Municípios de Mumu e Mundus estão vinculados à comarca de Global, que é sua sede, abrangendo, ainda, vinte outros municípios, com competência fazendária. É prefeito do Município de Mumu, Esculápio.

GRADE DE AVALIAÇÃO	
CONTEÚDO/CRITÉRIO	PONTUAÇÃO
Princípios	0 a 15
Petição Inicial e Rito	0 a 10
Competência	0 a 5
Clareza, coesão e coerência	0 a 5
Correção gramatical	0 a 5

3ª PROPOSTA

Analise as questões jurídicas relevantes relativas ao caso apresentado a seguir.

Empédocles, brasileiro, divorciado, empresário, domiciliado no Município de Moma, é idoso, aposentado pelo regime geral da previdência social, percebe pensão pelo teto máximo permitido, e é vinculado a plano de saúde administrado por empresa privada do ramo de seguro-saúde. Buscando atendimento médico regular, é surpreendido pela comunicação de que é portador de doença grave, necessitando de remédios, cujo preço foge ao seu padrão de rendimentos. Os medicamentos necessários são fornecidos a pacientes cadastrados em unidades médicas especializadas do serviço público. No local onde Empédocles reside não existe estabelecimento médico de tal nível, embora haja serviço médico público na especialidade do mal do qual é portador. Instado por parentes e amigos, dirige-se a órgãos públicos municipais, estaduais e federais, buscando o fornecimento dos remédios necessários à sua saúde, mas não obtém resposta. O médico que assiste Empédocles emite documento que certifica a sua situação periclitante de saúde, caso os remédios não sejam ministrados. Segundo entendimento assente, a responsabilidade no caso em tela é solidária entre Municípios, Estados e União Federal, apesar da legislação que regula o Sistema Único de Saúde. Baldados os esforços de Empédocles na via administrativa, procura advogado para apresentar a postulação cabível, sendo a ação proposta em face do Estado federado e do Município. A tutela de urgência restou indeferida, tendo ocorrido o recurso cabível. Houve deferimento da gratuidade de justiça. Após a instrução do processo, houve decisão julgando improcedente a pretensão autoral. O recurso contra a decisão que negou a tutela de urgência foi julgado prejudicado.

GRADE DE AVALIAÇÃO	
CONTEÚDO/CRITÉRIO	PONTUAÇÃO
Direito à saúde	0 a 15
Idoso - direitos	0 a 10
Procedimentos	0 a 5
Clareza, coesão e coerência	0 a 5
Correção gramatical	0 a 5

4ª PROPOSTA

Analise as questões jurídicas relevantes relativas ao caso apresentado a seguir.

O Estado MM obteve, no ano de 1940, sentença em ação discriminatória definindo determinada porção territorial, localizada no município do Mirante, como devoluta. Em 1947, houve o cumprimento da referida sentença, sendo averbada tal situação no competente registro imobiliário. Posteriormente, em 1990, as terras foram ocupadas por particulares, que passaram a criar gado e efetuar plantações. Ao argumento de que as terras referidas seriam públicas, cerca de setenta famílias de agricultores, vinculados ao movimento dos sem-terra (MST) invade a fazenda, criando situação de conflito. Para resolver o impasse, o município propõe ação de natureza reivindicatória, com pedido de tutela antecipada, anexando aos autos comprovante do registro imobiliário, postulando a utilização imediata de trinta por cento do imóvel. Os ocupantes citados alegaram usucapião especial rural.

GRADE DE AVALIAÇÃO	
CONTEÚDO/CRITÉRIO	PONTUAÇÃO
Bens públicos	0 a 15
Procedimentos	0 a 10
Tutela antecipada	0 a 5
Clareza, coesão e coerência	0 a 5
Correção gramatical	0 a 5

